

Legislação Tributária ISS

MAPAS MENTAIS PARA CONCURSOS PÚBLICOS

# SEJA MUITO BEM-VINDO!

Obrigada por adquirir os Mapas da Lulu 3.0! Tenho certeza de que esse material fará toda a diferença em seus estudos e será um atalho para a sua tão sonhada aprovação!

Para quem ainda não me conhece, meu nome é Laura Amorim (@lulu.concurseira), tenho 28 anos, e, após pouco mais de um ano e meio de estudos, fui aprovada em quatro concursos públicos: Auditor Fiscal do Estado de Santa Catarina (7º lugar), Auditor Fiscal do Estado de Goiás (23º lugar), Consultor Legislativo (4º lugar) e Agente da Polícia Federal (primeira fase), tendo superado uma concorrência de mais de mil candidatos por vaga!

Aprendi que a revisão, muitas vezes ignorada, é a parte mais importante (e essencial!) do aprendizado! Após testar vários métodos, percebi que os meus mapas mentais são, com toda certeza, os melhores instrumentos de estudo e revisão. Ao longo da minha preparação, fiz e utilizei mais de 700 mapas mentais, desenvolvendo e aperfeiçoando um método próprio de sua construção até chegar aos Mapas da Lulu 3.0, aos quais você terá acesso a partir de agora:

Os Mapas da Lulu 3.0 visam, sobretudo, otimizar suas revisões e aumentar seu número de acertos de questões, te ajudando a chegar mais rápido à aprovação! Após resolver mais de 14.700 questões de concursos públicos nos últimos dois anos, percebi quais são os assuntos mais cobrados pelas bancas e suas principais pegadinhas, e todo esse conhecimento foi incorporado em meus mapas para que você, que confia no meu trabalho, possa sair na frente dos seus concorrentes!

Ah, e se você não quiser perder minhas dicas de estudos e motivação diárias, inscreva-se no meu canal do Youtube: Lulu Concurseira e no meu Instagram: @lulu.concurseira. Já somos uma comunidade de mais de 220 mil concurseiros em busca do mesmo sonho: a aprovação!



Um beijo,  
Laura Amorim  
@laura.amorimc



# PIRATARIA É CRIME

## ATENÇÃO:

Este produto é para uso pessoal. Não compartilhe o seu material.

Pessoal, os Mapas da Lulu são resultado de mais de dois anos de dedicação aos estudos. Ainda hoje, reservo boa parte do meu dia para produzir conteúdo, responder dúvidas, aconselhar e dar dicas sobre concursos públicos gratuitamente por meio dos meus perfis no Instagram (@laura.amorimc e @mapasdalulu) e no Youtube (Laura Amorim).

Nunca tive a pretensão de ganhar muito dinheiro com a venda desse material, até mesmo porque prestei concurso público para, dentre outros motivos, alcançar a estabilidade e segurança financeira que queria.

Mas preciso cobrir meus custos com site, servidores, distribuição, design e também minhas horas de trabalho empregadas, debruçada sobre a escrivania, dores nas costas, cansaço físico e mental.

São mais de 1.600 Mapas Mentais, com tempo médio de uma hora e meia para elaboração de cada um deles. Recebo menos de 50 centavos por hora trabalhada, para poder contribuir para sua aprovação.

Em razão disso, já agradecida pelo carinho e compreensão de todos, peço que **NÃO COMPARTILHE O MATERIAL** por nenhum meio (sites, e-mail, grupos de WhatsApp ou Facebook...). Se você vir qualquer compartilhamento suspeito, peço que denuncie essa fonte ilegal, por favor e também me envie no contato@mapasdalulu.com.br. **Pirataria é crime** e pode resultar penas de até QUATRO anos de prisão, além de multa (art. 184, CP).

O compartilhamento do material pelo aluno importará em seu bloqueio imediato.

Agradeço a todos pelo enorme carinho e respeito. Espero que aproveitem muito os Mapas da Lulu.

Um beijo,  
Laura Amorim

## ÍNDICE

---

### 1. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

1.1 ISS na Constituição Federal	05
1.2 ISS na Lei Complementar nº 116/03	06
1.3 ISS - Disposições Comuns	09

### BÔNUS

1.4 ITBI e IPTU	11
-----------------	----

## ASPECTOS GERAIS

- Art. 156, II
- Competência { Municípios  
Distrito Federal
- Imposto sobre **serviços**

- Ação humana
- Conteúdo econômico
- Relação jurídica negocial
- Não há subordinação \*
- Regime jurídico
- Predominantemente privado
- Produto utilizável ou fruível pelo tomador

\* Afasta relações trabalhistas.

+ Não compreendidos na competência dos Estados (ICMS)

→ Serviços de **transporte** { interestadual  
ou de **comunicação** { intermunicipal

→ Intramunicipal = ISS!

+ Definidos em **Lei Complementar**

Visa afastar conflitos de competência.

## ISS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

## CABE À LEI COMPLEMENTAR

- Fixar suas **alíquotas** { máximas  
mínimas
- **Excluir** da sua incidência **exportações** de serviços para o exterior
- Regular **forma/condições** como { isenções  
incentivos  
benefícios fiscais  
serão concedidos e revogados.

### ART. 88 DO ADCT:

Enquanto a Lei Comp. **não** for editada:

- Alíquota mínima = 2% { isenções
- ISS **não** será objeto de { incentivos  
que resulte **direito** ou { benefícios  
**indiretamente** em uma { fiscais  
alíquota interior à mínima.

→ Perdeu eficácia com a Lei Complementar 157/2016

## ENTENDIMENTOS IMPORTANTES

- Ainda que já exista a Lei Complementar Federal, o ISS deve ser instituído por uma **Lei Municipal**!
- A lei Complementar **não** pode definir como tributáveis serviços que ontologicamente **não são serviços**.
- A lista de serviços **não** é exemplificativa, mas **taxativa**.
- A lista comporta **interpretação extensiva**, para abarcar serviços congêneres tributados.

## ASPECTOS GERAIS

- Lei Complementar **116/03** → estabelece as normas gerais acerca do ISS.
- Tem abrangência **nacional**
- Não** revogou totalmente o Decreto – Lei 406/68  
→ seu Art 9º continua em vigor. (recepção como Lei Complementar)

- Sobre base de cálculo dos serviços de **construção civil** \*
- Tributação dos **serviços uniprofissionais** (SUP's)
- Base de cálculo dos serviços de exportação de rodovia com **pedágio**

\* Autoriza a dedução de materiais e subempreitadas já tributados.

## RELAÇÃO COM O ICMS

**Regra geral** → **Não** incide ICMS sem os serviços listados na lista anexa, ainda que envolvam o fornecimento de mercadoria.  
(ISS sobre o valor total)

Exceções → incide  $\left\{ \begin{array}{l} \text{ISS} \rightarrow \text{serviços e} \\ \text{ICMS} \rightarrow \text{mercadorias} \end{array} \right.$   
nos itens **expressivamente indicados** na lista.

## REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA

### CRITÉRIO MATERIAL

- Prestar** qualquer dos **serviços relacionados** na lista anexa.  
→ Ainda que não seja a atividade preponderante ao prestador.
- Sua incidência **independente** de: **! IMPORTANTE!**
  1. Denominação
  2. Recebimento do preço
  3. Resultado financeiro da atividade
  4. Do cumprimento de qualquer exigência legal/regulamentar.→ depende só da **natureza** do serviço.

Aqueles não listados estão fora do campo de incidência.

## ISS NA LEI COMPLEMENTAR 116/03

- Distribuição de conteúdo** pelas prestadoras de serviço de acesso condicionado da Lei 12.485/11 (subitem **4.9**).
- Fornecimento de **mercadorias** produzidas pelo prestador **fora do local** da prestação dos serviços dos subitens **7.2** (construções) e **7.5** (reformas).
- Composição gráfica**, etc..., quando destinados a posteriores comercialização/industrialização, ainda que incorporados a outra mercadoria para posterior circulação (subitem **13.5**)
- Peças e partes** empregadas nos serviços do subitens **14.1** (lubrificação, limpeza, etc, de máquinas, veículos,...) e **14.3** (recondicionamento de motores).
- Fornecimento de **alimentação e bebidas** na organização de festas e recepções, bufê (subitem **17.11**)



## REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA

### CRITÉRIO MATERIAL (Continuação)

- **Casos especiais** de incidência do ISS:
  - Serviços prestados mediante o uso de bens/serviços **públicos** explorados economicamente mediante
    - autorização
    - permissão
    - concessão com pagamento de tarifa, preço ou pedágio pelo usuário final.
  - Serviço proveniente do exterior ou cuja prestação tenha sido iniciada no exterior. (= importação de serviços)
- **Casos especiais** de **não** incidência do ISS:
  - Exportações de serviços
    - ➡ **Salvo** os desenvolvidos no Brasil
      - + resultado aqui se verifique
      - + ainda que o pagamento seja feito por residente no exterior
  - Prestações de serviços em relação de emprego, trabalhadores avulsos, diretores, membros de conselho consultivo/fiscal, sócios – gerentes e gerentes delegados.
  - Valor intermediado no mercado de títulos e valores mobiliários, depósitos...
  - Serviços de provedor de acesso à internet.

## ISS NA LEI COMPLEMENTAR 116/03

## JURISPRUDÊNCIA RELEVANTE

### SÚMULA VINCULANTE Nº 31:

"É **in**constitucional a incidência do ISS sobre operações de locação de bens móveis "

- Leasing
  - Operacional → **NÃO** incide ISS.
  - Financeiro e leaseback → **Incide** ISS

### INCIDE ISS:

- Serviços de registros públicos, notariais e cartorários
- Serviços de planos de saúde  
( Não incide mais sobre seguros de saúde (STF)! )
- Serviços bancários **convênios** da lista anexa. (= interpretação extensiva).
- Intermediação de negócios na bolsas de mercadoria e futura, voltada à comercialização de mercadorias.

## REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA

### CRITÉRIO TEMPORAL



- = data em que **surge a obrigação tributária**.  
(**NÃO** confundir com data pagamento do imposto!)
- Na **conclusão** da prestação dos serviços
  - ➡ Se medido por etapas = no momento da **medição** de cada uma delas.

# ISS

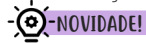
## LEI COMPLEMENTAR 116/03

### REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA

#### CRITÉRIO ESPACIAL

- Define a qual município/DF será devido o ISS.
- Regra geral:** local do estabelecimento do prestador ou, na falta, no domicílio do prestador.
- Exceções:** hipóteses listadas na LC 116/03
  - local em que é: (a depender do caso)
    - Executado o serviço
    - Localizado o estabelecimento do tomador ou seu domicílio
    - Localizado o bem envolvido

Destaque à hipótese retirada pela Lei 175/2020: local do domicílio do tomador do serviço do subitem 10.04 (Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring))



O ISS será devido no estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço quando houver descumprimento da alíquota mínima de 2%

### TOMADOR DE SERVIÇOS -NOVIDADE! (Lei 175/2020)

**REGRA GERAL:** para serviços dos subitens 4.22, 4.23, 5.09 (planos de saúde (humanos e animais)), 15.01 e 15.09 (administração de consórcios, fundos de investimento e leasing), considera-se tomador:

- o contratante do serviço
- a unidade em favor da qual o serviço foi estipulado (no caso de negócio jurídico que envolva estipulação em favor de unidade de P.J.)

#### CASOS ESPECIAIS

- Em serviços de planos de saúde ou de medicina e congêneres dos subitens 4.22, 4.23 (planos de saúde), o tomador será a pessoa física beneficiária vinculada à operadora por meio de:
  - convênio
  - plano de saúde { individual, familiar, coletivo empresarial ou coletivo por adesão

Se houver dependentes vinculados ao titular do plano, será considerado apenas o domicílio do titular.
- Em serviços de administração de cartão de crédito/débito (subitem 15.01), prestados diretamente aos portadores, o tomador é seu primeiro titular.
  - o domicílio do tomador será o estabelecimento credenciado para os demais serviços do 15.01, relativos às transferências realizadas por cartão de crédito/débito prestados direta ou indiretamente por:
    - bandeira
    - credenciadoras
    - emissoras de cartões


SERVIÇO	TOMADOR
administração de carteira de valores mobiliários e de fundos e clubes de investimentos (subitem 15.01),	cotista
administração de consórcios	consorciado

- No arrendamento mercantil, o tomador é o arrendatário (pessoa física ou a unidade beneficiária da pessoa jurídica).
  - Se arrendatário não domiciliado no país, o tomador é o beneficiário do serviço no país.



## REGRA MATRIZ DE INCIDÊNCIA

### CRITÉRIO PESSOAL

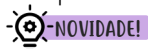
- Sujeito **ativo**: município/DF que ocorrer o F.G.
- Sujeito **passivo**:
  - **Contribuinte**: prestador do serviço
  - **Responsável**: **Lei** municipal/distrital pode atribuir a responsabilidade pelo pagamento do ISS a terceira **pessoa vinculada ao FG**.  
 de forma exclusiva ou supletiva
- **São responsáveis**:
  - **Tomador ou intermediário do serviço importado** ou iniciado no exterior.
  - P.J. (ainda que isenta ou imune) **tomadora ou intermediária dos serviços enumerados** na Lei Complementar 116/03:  
3.05, 7.02, 7.04, 7.05, 7.09, 7.10, 7.12, 7.16, 7.17, 7.19, 11.02, 17.05, 17.10.



**ATENÇÃO!**

A responsabilidade se mantém ainda que a tomadora não retenha o valor!



- P.J. (ainda que isenta ou imune) tomadora ou intermediária nos **casos em que houver o descumprimento da alíquota mínima** de 2%.
- No caso do serviço 15.01, **o credenciador ou emissor do cartão** de crédito ou débito será responsável pelo **ISS devido pela bandeira**.



**-NOVIDADE!**

## ISS LEI COMPLEMENTAR 116/03

### CRITÉRIO QUANTITATIVO

- **Base de cálculo**: preço do serviço  
 Casos especiais:
  1. Proporcional a extensão da rodovia, ferrovia... se o serviço **3.04** for prestado em mais de um município.
  2. É possível a dedução de materiais e subempreitadas tributados da B.C. dos serviços **7.02** e **7.05**.
- **Alíquota**: fixada em Lei municipal  
 Respeitados os limites mínimos (**2%**) e o máximo (**5%**)

O ISS devido pelas **sociedades uniprofissionais** e por **profissionais autônomos** é um **valor fixo** (independente do valor do serviço)

## ASPECTOS GERAIS

- Introduzido pela **LC 175/2020**.
- Para possibilitar que os prestadores de serviços dos subitens 4.22, 4.23, 5.09 (planos de saúde (humanos e animais)), 15.01 e 15.09 (administração de consórcios, fundos de investimento e leasing) possam realizar uma **única declaração**.
  - ↪ direcionando o ISS aos municípios onde estabelecidos os **tomadores**
- **Leiaute** de responsabilidade do **CGOA** (Comitê Gestor das Obrigações Acessórias)

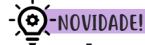
## INFORMAÇÕES

- Cada **município** que **irá receber o ISS** do tomador do serviço deve **prestar as seguintes informações** ao CGOA:
  1. **alíquotas**, conforme o período de vigência,
  2. arquivos da **legislação vigente** no Município ou DF que versem sobre os serviços 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09
  3. dados do **domicílio bancário** para **recebimento** do ISS.

**Alterações legislativas** promovidas pelos municípios só produzirão efeitos **a partir do mês seguinte** ao que inseridas no sistema.

↪ mesmo no caso de redução de alíquotas!

## ISS PADRÃO NACIONAL DE OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS



NOVIDADE!

## PRAZOS

AÇÃO	PRAZO
Entrega da declaração	até o 25º dia do mês seguinte ao da ocorrência dos fatos geradores
Pagamento do ISS	até o 15º dia do mês subsequente ao da ocorrência dos fatos geradores

↪ há uma inconsistência na lei (pagamento antes da entrega da declaração!)

## VEDAÇÕES

- **É vedado** aos municípios/DF em cujos territórios **não** estejam estabelecidos os prestadores de serviços dos subitens 4.22, 4.23, 5.09, 15.01 e 15.09 estabelecer quaisquer **outras obrigações acessórias** não previstas na LC 175/2020.
  - ↪ inclusive a exigência de **inscrição nos cadastros municipais** e distritais ou de **licenças e alvarás** de abertura de estabelecimentos
- **É vedado** que municípios/DF **obriguem** os prestadores de serviços dos subitens **15.01 e 15.09 a emitirem nota fiscal** (há dispensa expressa!)

## CADASTRO FISCAL MUNICIPAL

- Obrigatórios para todos os sujeitos passivos do ISS → ainda que **imunes** ou **isentos**.
- Conforme a legislação municipal.
- **Antes** do início da atividade.
- Devem ser tantos quantos forem os estabelecimentos/locais de atividade

**CPOM:** cadastro de prestadores de outros municípios.

- Para que se cadastrem também no município em que prestam o serviço.
- Deve estar previsto na legislação municipal.
- Para combater evasão/quebra fiscal.

## ISS DISPOSIÇÕES COMUNS

### REGIME DE ESTIMATIVA

- Quando o **volume/modalidade** da prestação de serviço aconselhar incidência do ISS.
- O contribuinte recolhe o **valor mensal estimado** e, ao final de um período fixado, é feita a compensação ISS pago x devido.
- Enquadramento pode ser por:
  1. Categorias de contribuintes
  2. Grupo de atividades econômicas
  3. Contribuintes individualmente

### ARBITRAMENTO DO PREÇO DO SERVIÇO

- Nos casos em que:
  1. As declarações do sujeito passivo
  2. Os esclarecimentos prestados pelo S.P.
  3. Os documentos expedidos pelo S.P.

} Não mereçam fé ou sejam omissos
- Desde que mediante **processo regular**.

### SOCIEDADE UNIPROFISSIONAIS

- Aquelas cujos profissionais (sócios, empregados ou não) são habilitados ao exercício da **mesma atividade**
- + Prestam serviços de forma pessoal
- + Assumem **responsabilidade pessoal**
- **Regime especial** de recolhimento do ISS (base fixa e fictícia por profissional)

# ISS

## DISPOSIÇÕES COMUNS

### ARRECADAÇÃO E LANÇAMENTO

- Legislação municipal fixa { modo de pagamento.  
prazo
- Constituição do crédito = momento de emissão da nota fiscal (\* autolançamento)

↓  
dispensa atuação da autoridade fiscal (ato de infração ou notificação de lançamento)

### LIVROS E DOCUMENTOS FISCAIS

- Obrigações acessórias  
↓  
definidas pela legislação municipal específica.
- Livros e escrituração fiscal:
  - Obrigatórios para cada estabelecimento.
  - Não podem ser retirados do estabelecimento salvo casos expressamente previstos na legislação  
↓  
Ex.: • Levar à repartição fiscal  
• Levar ao escritório do contador

### NOTA FISCAL DE SERVIÇOS

- Emitida a cada prestação
- Eletrônica ou em papel.
- Prazo  
Forma  
Condições } Na forma da legislação municipal